



Manifesto da Corrente Proletária na Educação ao Congresso Estadual da Apeoesp

Aos delegados(as),

Companheiros, é preciso que o XXVI Congresso da Apeoesp / VII Conferência de Educação façam um severo balanço das contrarreformas aprovadas pelos governos e, sobretudo, da atitude das direções diante dessa ofensiva dos capitalistas. Há ainda várias medidas de flexibilização capitalista do trabalho esperando para serem aprovadas, e precisamos estar preparados para enfrentá-las.

Os governos têm atacado direitos históricos dos trabalhadores, descarregando o peso da crise do capitalismo sobre os ombros dos explorados. Dentre as várias medidas aprovadas, as mais duras foram, sem dúvida, as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Mas, ainda há uma extensa lista de ataques sendo preparada pela burguesia, com as reformas administrativa e tributária. Os alvos principais são a estabilidade do funcionalismo, quinquênio, sexta-parte e outros direitos, além do congelamento das promoções e a proposta de diminuição da jornada com diminuição de salário. Tudo isso vem a somar com o altíssimo nível de desemprego e o arrocho salarial.

As massas demonstraram uma enorme disposição de luta, como se pôde verificar nas duas greves gerais, de 2017 e 2019. Só não puderam avançar, devido ao freio imposto pela frente burocrática composta pelas direções das centrais e dos principais sindicatos do país. A tarefa que foi colocada era a de enfrentar as medidas patronais com a greve geral por tempo indeterminado, porém, a frente burocrática desviou o combate para o campo das emendas parlamentares. Não há outra forma de caracterizar essa ação, a não ser como traição!

Para piorar o quadro, nos estados, os governadores estão dobrando a reforma da previdência, modificando para pior os sistemas próprios de aposentadoria e atacando outros direitos. Cabe uma menção especial, nesse ponto, ao papel sujo jogado pelos governadores do chamado "campo progressista", os petistas Camilo Santana (CE), Fátima Bezerra (RN), Rui Costa (BA) e Wellington Dias (PI), além do Flávio Dino (PCdoB, Maranhão). Todos eles têm aplicado os planos "de ajuste" ditados pelo capital financeiro e pelo governo Bolsonaro, o qual, durante as eleições e em discursos mais inflamados, foi e ainda é tachado de "fascista".

Enquanto isso, os professores seguem padecendo de todo tipo de problemas, sendo o principal deles o profundo arrocho salarial. Em São Paulo, a experiência tem se encarregado de demonstrar o erro da direção da Apeoesp ao depositar todas as fichas na judicialização da disputa com o governo. No chão de escola, os 10,15% já viraram motivo de chacota. Restou apenas a memória da fotografia vergonhosa da presidente do sindicato ao lado do então governador Márcio França e da ministra do Supremo, Carmen Lúcia, em audiência no STF sobre o reajuste. O fato é que as perdas acumuladas em todos esses anos de congelamento salarial são imensas.

O mesmo erro de confiar na luta por dentro das instituições burguesas prossegue na atual conjuntura. A direção tem alimentado a ilusão na possibilidade de barrar a reforma da previdência do Doria através das liminares e ações judiciais. Chegou a fazer demagogia em torno do adiamento da votação na Alesp, dizendo

que havia sido uma "vitória da luta", quando todos sabem que a mobilização no final do ano passado foi pífia. A contrarreforma não foi votada por uma combinação de fatores, entre eles a disputa interburguesa ao redor dos impactos sobre os orçamentos municipais, etc.

Já no começo deste ano, veio a agonia do processo de atribuição de aulas. Como tem sido há muito tempo, os professores categoria F e O tiveram que batalhar nas Diretorias de Ensino para conseguir pegar aulas. A novidade foi o rechaço ao Inova SP, demonstrado pela dificuldade do governo para atribuir as aulas do Programa, chegando ao ponto de permitir até quem não tinha feito o curso de formação assumir as turmas – revelando, por sua vez, a farsa do tal "curso". O professorado já se convenceu que o Inova SP é só mais um programa demagógico, como os muitos outros que o antecederam. Na prática, as escolas continuam sucateadas, os estudantes esquecidos e os trabalhadores abandonados à própria sorte.

E aqui está o aspecto fundamental, sobre o qual este Congresso precisa se debruçar: o sucateamento da Educação atinge em cheio os trabalhadores e a juventude oprimida. O país tem padecido com o avanço da barbárie capitalista. Cresce a violência, em suas múltiplas formas, como a fome e o desemprego. Uma pesquisa recente demonstrou o crescimento avassalador do número dos moradores sem-teto. O aumento das tarifas de transportes comprime os salários e se soma ao aumento geral do custo de vida. Já são cerca de 11 milhões de jovens que nem estudam, nem trabalham. Está aí um fabuloso potencial humano desperdiçado pelo capitalismo em decomposição.

Está na hora de superar os equívocos cometidos, em particular a política de conciliação de classes aplicada pelas direções, e trabalhar para colocar em pé a greve geral. As centrais e principais sindicatos, aí incluída a Apeoesp, precisam rejeitar o calendário formal aprovado na plenária do Congresso Estadual da CUT, aprovando um verdadeiro plano de combate às contrarreformas, em defesa dos empregos e dos salários. A aprovação de um "Dia Nacional de Mobilização" (18 de março), restrito ao funcionalismo, tal como foi aprovado pela CUT, não será capaz de reverter o quadro de ataques que temos sofrido. O caminho do pacifismo, da pressão parlamentar e do eleitoralismo só pode ter como fim a derrota dos trabalhadores.

É preciso que a classe operária tome a frente da paralisação geral, parando a produção. Somente com o método da ação direta conseguiremos impedir o avanço da direita reacionária e seus planos antipopular e antinacional. É urgente a construção de uma greve geral por tempo indeterminado, partindo das reivindicações de defesa do emprego e do salário, que possibilitam a mais ampla unidade. A Corrente Proletária na Educação defende que os oprimidos tomem esse plano de luta como ponto de partida, em choque com o Estado burguês, e aponta a necessidade de fazer a ponte com o programa geral de destruição do capitalismo e construção do socialismo, instaurando um governo operário e camponês a partir da revolução proletária.